

■ COMENTÁRIOS & PERSPECTIVAS

economia - Brasil

O entrave do financiamento

Maria Clara R. M. do Prado



O primeiro pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso na condição de candidato reeleito resume o reconhecimento de duas grandes verdades:

1) o Brasil precisa gerar recursos internos para crescer;

2) o setor público tem de reduzir o espaço que ocupa no cenário nacional.

Não há, a rigor, nenhuma novidade nisso. Há muito tempo são conhecidos os males do País. Sabe-se também, não de hoje, que o déficit público crescente está intimamente ligado à menor presença do setor privado na economia.

Nada disso, no entanto, tira a importância do pronunciamento de ontem do presidente.

Ainda que não tenha detalhado medidas ou instrumentos, ele definiu muito claramente os dois principais eixos que deverão marcar a atuação de seu governo no segundo mandato.

O equacionamento do descalabro fiscal que pode comprometer a saúde da estabilização é o mais fundamental deles.

A área econômica parece que colocou de-

finitivamente na cabeça que não dá para continuar com uma relação cada vez maior entre dívida líquida do setor público e PIB. Hoje, essa relação é de 40% e o que se pretende é equilibrá-la nesse nível o mais rapidamente possível.

Isso poderia ser conseguido com um superávit primário entre 2% e 2,5% do PIB nas necessidades de financiamento do setor público (que mede o déficit fiscal pelo lado financeiro) em 1999. E algo em torno de 3% do PIB de superávit primário para o ano 2000.

É um esforço que representa aquilo que o governo pode de fato cortar em despesas outras que não os juros da dívida pública. Ou, alternativamente, despesas que encontrarão novas ou ampliadas fontes de receita fiscal como cobertura.

Os juros em si, embora não entrem no cálculo do resultado primário, afetam o conceito de dívida líquida do setor público. Aqui, só um vidente teria hoje condições de antecipar a velocidade da queda dos juros internos nos próximos meses dada as incertezas que continuam cercando o cenário financeiro internacional.

O outro eixo do pronunciamento que vai marcar a atuação do governo no segundo mandato tem a ver com a necessidade de "orientar" o setor privado a ocupar os espaços na cadeia produtiva que mais eficientemente possam assegurar aumento de com-

petitividade e de produtividade econômica.

Para isso será criado o Ministério da Produção, conforme acenou ontem o próprio presidente. Apesar das reações imediatas quanto a nomes que poderão ocupar a titularidade da pasta, é praticamente certo que a tarefa de encabeçar o novo ministério será desempenhada por Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-presidente do BNDES e atual ministro das Comunicações.

É a pessoa mais indicada para isso, sem nenhuma dúvida.

O novo ministério deverá ser formalmente criado antes de janeiro. Isso daria condições ao presidente de iniciar o segundo período de governo com uma estrutura administrativa voltada para o preenchimento das lacunas na cadeia produtiva nacional.

Surgirá a partir do atual Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), que seria extinto, e absorveria sob sua esfera de atuação o BNDES (atualmente subordinado à Seplan), o Basa (Banco da Amazônia) e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), ambos hoje na esfera do Ministério da Fazenda.

Há dúvidas se a Câmara de Comércio Exterior (Camex) será absorvida também na estrutura do novo ministério. Faria todo o sentido se para ali fosse deslocada. Afinal, ela funcionou até aqui como o embrião daquilo em que se pretende transformar o Ministério da Produção.

Mas comércio externo é sempre uma área muito disputada politicamente. Por isso mesmo, fica no ar uma incerteza quanto ao destino que poderá ter a Camex nesses próximos meses.

Um ponto, porém, é irrefutável. A despeito das opiniões reconhecidamente contrárias de alguns membros da equipe econômica à reintrodução de uma política industrial na esfera do governo, é para lá que se caminha claramente.

Quando o presidente diz, como o fez ontem, que o novo ministério cuidará das formas de financiamento à produção nacional, está a rigor classificando essa função como uma prioridade. Se é prioridade, vai requerer tratamento especial e isso poderá envolver subsídios, através de taxas de juros privilegiadas, ou mesmo incentivos e benefícios fiscais.

Dentro da área econômica do governo há quem repudie a idéia do retorno de uma política industrial nos moldes paternalistas de antigamente.

Não se sabe ainda ao certo que cara terá essa nova política industrial.

O fato é que o governo brasileiro precisa fazer uso de todas as armas disponíveis internamente para assegurar níveis de crescimento econômico a partir do ano 2000, já que 1999 dificilmente apresentará uma taxa positiva para o PIB.

E aí esbarra-se em um ponto crucial, para

o qual não há resposta no momento.

Se o setor público passará por um enxugamento rigoroso, conforme se quer e conforme sinaliza o governo, e se não há mais disponibilidade voluntária de recursos no mercado financeiro internacional, com que dinheiro se fará o investimento necessário para o País voltar a crescer?

Mudez geral. Ninguém sabe.

Mesmo que as reformas estruturais (inclusive a primeira e a segunda gerações de reformas de previdência social) venham a ser aprovadas pelo Congresso Nacional rapidamente, há um período de transição perigoso de necessidade de financiamento.

As projeções do Banco Central, publicadas na semana passada por esta coluna, mostram que só para financiar as contas do balanço de pagamentos o País precisa de US\$ 15,7 bilhões neste último trimestre do ano e de mais US\$ 51 bilhões ao longo de 1999. É um quadro extremamente delicado.

O mercado financeiro internacional ficou tão fechado para os chamados "emergentes" que não está comprometida apenas a rolagem dos bônus emitidos no exterior.

As dificuldades atingem a rolagem das linhas de financiamento ao comércio. Isso é o mais dramático. Amplia a magnitude do grande ponto de interrogação que paira sobre o segundo mandato do presidente. ■

(*Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras*)